



## EDITAL PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I



Nº DA LICIT./DISP./INEX.

90010/2026 - PE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO

2026.01.21.01

### OBJETO / ÓRGÃO(S) / ESTIMATIVA / SESSÃO



Objeto: Aquisição de veículos novos, zero quilômetro para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito-CE

Órgão(s) participante(s): Secretaria Municipal das Finanças, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Saúde

VALOR ESTIMADO









\* Sigiloso (Art. 24, inc. I)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

24/04/2026 às 10:00 h.

### INFORMAÇÕES DO CERTAME



	<b>Critério de Julgamento:</b>	Menor Preço
	<b>Modo de Disputa:</b>	Aberto
	<b>Forma de julgamento:</b>	Item(ns)
	<b>Intervalo mínimo de lances:</b>	10,00
	<b>Link do Sistema Eletrônico:</b>	<a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp</a>
	<b>Registro de Preços?</b>	Não
	<b>Lei 123 - Exclusivo ME/EPP?</b>	Não
	<b>Preço Sigiloso?</b>	sim

### CONTATO E INFORMAÇÕES



**Tel.:** (88) 3626-1347



**E-mail:** cplsaobenedito@gmail.com



**Endereço:** Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal das Finanças, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Saúde**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026 - PE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.01.21.01**

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal das Finanças, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Saúde**, por meio do Pregoeiro Oficial do Município, sediado(a) à Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (90010/2026 - PE), no dia 24 de abril de 2026 às 10:00 (dez horas) - horário de Brasília, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de veículos novos, zero quilômetro para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito-CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Item(ns).

1.3. A licitação será dividida em item(ns), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Quantidade cotada;
- 4.1.3. Marca;
- 4.1.4. Fabricante.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa Aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ou abaixo do maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos e os percentuais de descontos mínimos como critério de aceitabilidade.
- 5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual desconto mínimo definido pela Administração.
- 5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas ? CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou do percentual de desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual mínimo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. O local e prazo para entrega das amostras está informado no Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de



cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.

7.13.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.

7.13.2. Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.

7.13.3. Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação





ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).





9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cplsaobenedito@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.5.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, bem como a discordância entre as especificações do objeto no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e neste Edital, prevalecerão às constantes neste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

11.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência, ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar - ETP e Mapa de Riscos, ANEXO III - Minuta de Contrato



**São Benedito/CE, 09 de abril de 2026.**

Assinado digitalmente por ARIDSON DE MESQUITA  
ARAGAO:02793380318  
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA ARAGAO:02793380318, o=ICP-  
Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,  
email=aridson\_aragao@hotmail.com  
Data: 2026.04.09 11:38:55 -03'00'

**Aridson de Mesquita Aragão**

**Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos**

**Portaria: 014/2025**

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO  
NASCIMENTO:99708795372  
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,  
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igorenf16@gmail.com  
Data: 2026.04.09 11:39:26 -03'00'

**Francisco Igor Vale do Nascimento**

**Secretário de Saúde**

**Portaria: 007/2025**

Assinado digitalmente por MARIA SAMARA FREIRE DE  
OLIVEIRA:02793727369  
DN: cn=MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA:02793727369,  
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,  
email=financeiro@solucaocontabilsb.com.br  
Data: 2026.04.09 11:39:26 -03'00'

**Maria Samara Freire de Oliveira**

**Secretária de Finanças**

**Portaria: 006/2025**

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de veículos novos, zero quilômetro para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito-CE, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 54/2023.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) nº 512/2025, 715/2025, 716/2025 e 238/2025, foram preparados em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### Da exigência de amostra

4.2. Não haverá necessidade de apresentação de amostra, tendo em vista a natureza do objeto. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, caso a compatibilidade com as especificações demandadas sobretudo quanto à marca, padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidos pelos meios previstos neste termo, o Pregoeiro solicitará que o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar apresente documentos que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, prazo mínimo de validade ou garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta..

#### Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual sem autorização da contratante.

#### Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do objeto da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando

TR nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 10

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante..

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

### Gestor do Contrato

6.7. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

## 7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5.



## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As entregas deverão ocorrer nos horários de expediente: das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, no local determinado nas ordens de compra pelo órgão contratante.

7.10. Além da entrega nos locais designados pelo município, deverá a contratada também descarregar o objeto da ordem de compra no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda integralmente com eventuais danos causadas aos mesmos.

7.11. Ao Município reserva-se o direito de recusar o recebimento do objeto cujas condições não estejam de acordo com a legislação pertinente e com o termo de referência, ou comprometam a qualidade dos itens requeridos. Os itens, que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. A CONTRATADA deverá entregar os veículos acompanhados dos respectivos certificados de garantia e manuais técnicos escritos em português, contendo as orientações necessárias para o funcionamento e manuseio, visando garantir a boa utilização geral do mesmo. A CONTRATADA deverá entregar o veículo com IPVA e demais tributos vinculados devidamente quitados, sem nenhum ônus a contratante. O veículo deve ser entregue emplacado, com a placa Oficial - padrão MERCOSUL, em nome do Município configurado como novo zero quilometro, de primeiro uso, devendo obrigatoriamente o primeiro emplacamento ocorrer em nome deste Órgão, não sendo admitido transferência, 2º emplacamento ou qualquer outra situação que descaracterize a condição de veículo novo de primeiro uso conforme determinação da Lei Federal n. 6729/1979 e/ou Deliberação do CONTRAN n. 64/2008; no mínimo 03 (três) centros de assistência técnica no Estado do Ceará, sendo 01(um) na Capital ou Região Metropolitana e as demais na zona norte do estado.

### Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação

TR nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 10

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

### Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, ou com o item/grupo pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial através de comprovação de anterior de execução. Embora a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) não exija explicitamente capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, diversas doutrinas reconhecem a conveniência e legitimidade dessa exigência em determinadas situações.

8.23.2. Jurisprudência: O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que a Administração Pública pode exigir capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, mesmo que não haja previsão legal específica. Exemplo: Acórdão TCU 1.823/2018. Conclusão: A exigência de capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, embora não seja obrigatória por lei, é uma medida recomendável em diversas situações. Essa exigência pode garantir a qualidade dos produtos, proteger o interesse público e promover a eficiência da gestão pública

### Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.26.8. A habilitação econômico-financeira exigida visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva conforme coeficientes e índices econômicos previstos no edital

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

9.2.1. Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

9.2.2. Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.



## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

9.2.3. Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

9.2.4. Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

9.2.5. Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

9.3. Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma publicidade diferida, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orcamentaria: 02 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização

Programa: 0751 - Transparência, Participação e Controle Social

Ação: 2.010 - Manutenção de Atividades do Sistema Municipal de Auditoria SMS

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 4490520027 - Veículos diversos

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 12 - Secretaria Municipal das Finanças

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal das Finanças

Função: 04 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Ação: 2.090 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 4490520030 - Veículos de tração mecânica

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Ação: 2.105 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 4490520099 - Outros materiais permanentes

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

São Benedito/CE, 08 de abril de 2026.

Assinado digitalmente por ARIDSON DE MESQUITA  
ARAGAO:02793380318  
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA ARAGAO:02793380318, o=ICP-  
Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,  
email=aridson\_aragao@hotmail.com  
Data: 2026.04.08 10:27:52 -03'00'

### **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos**

**Aridson de Mesquita Aragão**  
**Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos**

**Portaria: 014/2025**

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO  
NASCIMENTO:99708795372  
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,  
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igorenf16@gmail.com  
Data: 2026.04.08 10:28:25 -03'00'

**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Francisco Igor Vale do Nascimento**  
**Secretário de Saúde**

**Portaria: 007/2025**

Assinado digitalmente por MARIA SAMARA FREIRE DE  
OLIVEIRA:02793727369  
DN: cn=MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA:02793727369,  
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,  
email=financeiro@solucaocontabilsb.com.br  
Data: 2026.04.08 10:28:00 -03'00'

**Secretaria Municipal das Finanças**  
**Maria Samara Freire de Oliveira**  
**Secretária de Finanças**  
**Portaria: 006/2025**

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

### ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Descrição sucinta
Grupo: <b>N.A.</b>		Total de Itens: <b>0</b>		
00001	369 - 461743	5,00	Unidade	<b>Veículo Hatch zero km, ano e modelo de fabri.</b>
Descrição Detalhada: 461743 - Veículo Hatch zero km, ano e modelo de fabricação: 2026; 5 (cinco) lugares; cor – branca, Motor MPI 84 cv (E) / 77 cv (G) Manual de 5 velocidades 4 portas; Aceleração: Aceleração de 0 a 100 km/h 13,4 s (E) / 13,8 s (G); Cilindrada: 999 cm³; Potência líquida máxima: 84 cv (E) / 77 cv (G) - 6; 450 rpm; Torque líquido máximo: 10,3 (E) - 3000 rpm (E) / 9,6 kgfm (G) - 4000 rpm (G); Comprimento: 4; 079 mm; Distância entre eixos: 2; 566 mm; Largura: 1; 751 mm; Altura: 1; 471 mm; Carga útil máxima: 398 kg; Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2026; Seus Itens de Série: Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2), Alto-Falantes (4), “ESS” - Alerta de frenagem de emergência, Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros, Antena de teto, Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen, Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura, Banco traseiro com encosto rebatível, Chave “canivete” com controle remoto, Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador, Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade, Computador de bordo, Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS), Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro, Direção elétrica, Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas, Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether, Freios “ABS” com “EBD” - distribuição eletrônica de frenagem, “HHC” (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas, Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo, Para-sóis (espelho no lado do passageiro), Rodas de aço aro 15” com pneus 185/65 R15 e supercalotas, Sistemas de controle da perda de pressão dos pneus, Sistema de frenagem automática pós colisão “Post Collision Brake”, Sistema de infotainment Media Plus II, Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível, Tomada USB tipo C, Vidros elétricos dianteiros, Volante multifuncional; (Especificação Própria)..				
00002	460 - 318890	1,00	Unidade	<b>Motocicleta – Zero km, ano modelo e fabricaç.</b>
Descrição Detalhada: 318890 - Motocicleta – Zero km, ano modelo e fabricação não inferior a 2026; Tipo de combustível: Gasolina/Etanol; Torque (Etanol): 1,3 kgf; m (6; 000 rpm); Torque (Gasolina): 1,3 kgf; m (6; 000 rpm); Taxa de compressão: 9,6: 1; Tipo: SOHC, 2 válvulas, 4 tempos, Refrigeração a ar; Cilindros: 1; Diâmetro X curso: 57,3 mm x 57,9 mm; Potência (Etanol): 12,0 cv (7; 250 rpm); Potência (Gasolina): 11,8 cv (7; 250 rpm); Cilindrada: 149 cc; Alimentação: Injeção eletrônica; Suspensão dianteira: Garfo telescópico; Suspensão traseira: Balança traseira; Curso da suspensão dianteira: 120 mm (suspensão) / 120 mm (roda); Curso da suspensão traseira: 92 mm (suspensão) / 111 mm (roda); Embreagem: Multi-Disco úmida; Sistema de transmissão: Sincronizada, 5 velocidades; Transmissão final: Corrente; Freio dianteiro: Disco hidráulico; Freio traseiro: Tambor mecânico; Ø do freio dianteiro: 245 mm (Ø externo); Ø do freio traseiro: 130 mm; Sistema de freios: UBS; Altura mínima do solo: 170 mm; Capacidade do tanque (reserva): 15,4L (2,2L); Comprimento x Largura x Altura: 2015 mm X 750 mm X 1095 mm; Distância entre eixos: 1325 mm; Peso Líquido: 133 kg; Pneu dianteiro: Michelin Pilot Street 2 - 80/100-18M/C 47S TL; Pneu traseiro: Michelin Pilot Street 2 - 100/80-18 M/C 59S; Tipo de chassi: Diamante; Altura do assento: 785 mm O veículo deverá ter o primeiro emplacamento em nome do município contratante; (Especificação Própria)..				
00003	461 - 461743	1,00	Unidade	<b>Veículo Automotor (Carro) Veículo automotor .</b>
Descrição Detalhada: 461743 - Veículo Automotor (Carro) Veículo automotor – Zero km, ano/modelo e fabricação não inferior a 2026; Tipo: Hatch compacto; Categoria: Passeio; Capacidade de passageiros: 05 lugares; Número de portas: 04 portas; Motorização e desempenho; Tipo de combustível: Flex (Gasolina/Etanol); Motor: 1; 0; Número de cilindros: mínimo de 03; Válvulas: mínimo de 08 válvulas; Potência mínima: 70 cv (Etanol); Torque mínimo: 9,5 kgf; m; Cilindrada: aproximadamente 1; 0 litro; Alimentação: Injeção eletrônica; Sistema de refrigeração: Água Transmissão; Câmbio: Manual; Número de marchas: mínimo de 05 velocidades; Tração: Dianteira Suspensão; Suspensão dianteira: Independente, tipo McPherson ou equivalente; Suspensão traseira: Eixo de torção ou equivalente Freios; Freio dianteiro: Disco ventilado; Freio traseiro: Tambor; Sistema de freios: ABS com EBD ou sistema equivalente Direção e segurança; Direção: Elétrica ou hidráulica; Airbags: mínimo de 02 (frontais) Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes Encostos de cabeça para todos os assentos Dimensões e capacidades (aproximadas); Comprimento mínimo: 3; 500 mm; Distância entre eixos mínima: 2; 300 mm; Altura mínima do solo: mínimo de 180 mm; Capacidade mínima do porta-malas: 200 litros; Capacidade do tanque de combustível: mínimo de 40 litros Rodas e pneus; Rodas: Aço ou liga leve; Pneus: mínimo 175/65 R14 Equipamentos mínimos obrigatórios Ar-condicionado Vidros dianteiros elétricos Travas elétricas Computador de bordo Sistema de som ou preparação para rádio Limpador e desembaçador traseiro O veículo deverá possuir primeiro emplacamento em nome do Município de São Benedito/CE, ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e garantia de fábrica, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e demais legislações vigentes; (Especificação Própria)..				
00004	737 - 326747	1,00	Unidade	<b>Caminhonete aberta para policiamento ostensi.</b>
Descrição Detalhada: 326747 - Caminhonete aberta para policiamento ostensivo motorizado - Veiculo de fabricação nacional, O (Zero)Km,ano/modelo correspondente,no mínimo, à data de emissão da nota fiscal, Motorização Mínima: 2; 2, à Diesel potência mínima de 190 cv (cavalo- vapor); Altura mínima:				

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.21.01

Grupo: **N.A.**

Total de Itens: **0**

de 1; 820m Comprimento mínimo: de 5; 200mm; Largura mínima: 1; 800mm, distância mínima entre eixos: 3; 000mm; Rodas/pneus: original do fabricante; Câmbio: manual ou automática com mínimo 05 (cinco) marcha a frente e uma à ré; Capacidade para transporte de cinco (05) Pessoas; Tanque de combustível com capacidade mínima para 75 (setenta e cinco) litros; Freios ABS (função EBD); Air bag duplo (motorista/passageiro); Direção hidráulica ou eletro- assistida; Ar condicionado Integrado (quente e frio) original de fábrica; Bancos equipados com: cintos de segurança conforme determinação do CONTRAN, encosto de cabeça, revestimento em material resistente, não absorvente, com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto), cor: de 111 acordo com o acabamento interno do veículo; Vidros laterais e traseiros com película de proteção solar, conforme limite máximo estabelecido pelo CTB; Piso revestido em material resistente, não absorvente e lavável, na cor preta com reforços antiderrapantes na região de apoio dos pés e equipado com jogo de tapetes de borracha, tipo bandeja; Grade protetora do motor/Carter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor; Travas elétricas de fechamento e abertura das 04 (quatro) portas, com telecomando acionamento na chave, de modo que as maçanetas deverão permitir abertura imediata por dentro, a qualquer tempo, ainda que estejam travadas, independente de acionamento de qualquer botão; Muitas vezes a abertura interna das portas em alguns veículos é feita por meio do acionamento de um botão no console central; No caso de viaturas policiais, este mecanismo é inviável, em razão de que retarda o tempo de desembarque; Dispositivo interno para abertura da tampa do combustível; Desembaçador dos vidros; Conjunto de equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito: pneu estepe, macaco, chave de roda, triângulo desinalização, e extintor de incêndio; Farol de busca com lâmpadas alógenas de 55 watts e cabo com plug para conexão no acendedor de cigarros, alimentação em 12 volts; Barra entre as colunas "B" com suporte para armas longas; Cor do veículo: sólida (a definir); Características do compartimento de carga (Caçamba): Capacidade mínima de 1; 000 litros; Adaptações para uso de polícia: SINALIZADORES ACÚSTICO VISUAL; Composto por um único módulo de policarbonato translúcido de alta resistência mecânica, térmica e a raios ultravioletas, largura mínima: 250 mm, altura mínima do módulo de policarbonato: 80 mm, Altura mínima incluindo o perfil de alumínio e o módulo de policarbonato: 168 mm, admitindo-se uma variação de +- 5%, montado sobre uma base única em ABS reforçado com um perfil de alumínio estruturado com formato Linear ou similar; As luzes deverão ser emitidas por leds de alto brilho, com potência não inferior a um watt cada led montados em blocos ópticos de policarbonato, com led's dispostos linearmente na barra, em blocos compostos por 6 led's cada, distribuídos em fila dupla pelas faces laterais, frontal e traseira com visibilidade de 360°, gerando no mínimo cinco funções de efeitos luminosos, comandadas por controle remoto digital e através de circuitos eletrônicos de chips micro controladores com comunicação assíncrona de 4 MHz; Todo o conjunto montado sobre garras ajustáveis que permitam a fixação no teto do veículo, sendo sua cúpula incolor, com led's nas rubi, sirene eletrônica composta de amplificador digital para controle único de sirene e leds, com unidade sonofletora de 100 watts de potência, mínimo de quatro tipos de sons diferenciados, sistema de megafone independente, entrada auxiliar de áudio para transceptores VHF/UHF; A unidade sonofletora de 100 watts deverá estar acoplada a uma corneta aerodinâmica, fixada sob a barra de luzes; Os drivers utilizados deverão ser específicos para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers usados para aplicações musicais; Deverá ainda possuir no seu próprio corpo pontos específicos na corneta, não se admitindo a utilização de rosca principal da solda do áudio para tal fim (medidas variáveis em função da marca e modelo dos equipamentos da empresa adaptadora); Todo conjunto deverá se apresentado, quando da entrega dos veículos, com laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador acústico/visual a ser fornecido atende as normas técnicas em vigor, no que se refere a ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e fotometria classe 1 nos módulos centrais frontais Intensidade luminosa de no mínimo 200 Lumens, Categoria: InGaN, Sinalizador visual comandado por módulo de controle único, Módulo de controle do sinalizador visual e acústico deve permitir o funcionamento independente de ambos os sistemas, Sirene eletrônica composta de amplificador de 1 00W @ 11 O (Ohms), Sirene de Baixa Frequência instalada na parte frontal do veículo composto por 02 (dois) módulos; GRAFISMO SOBRE A PINTURA ESPECIAL:; deverão ser afixados os adesivos identificadores, conforme padrão da GCMA, observando que as letras, números e os símbolos serão confeccionados em vinil refletivo e as logomarcas em vinil não refletivo, Película PVC fundida tipo CAST, polimérica, com adesivo em uma das faces, Espessura: mínima de 0,08mm, Logomarca (brasão) da Guarda Civil Municipal de São Benedito - CE, O nome "Guarda Civil Municipal", com logo marca; (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA)..





## Prefeitura Municipal de São Benedito

### Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsaobenedito@gmail.com

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

### 1 - Informações Básicas

**Local:** São Benedito

**Data:** 21 de janeiro de 2026

**COD. UASG:** 981547

### Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 e Decreto 054/2023

### 2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A presente contratação decorre da insuficiência e inadequação da frota de veículos disponíveis no Município de São Benedito/CE, o que tem comprometido a execução eficiente das atividades institucionais das diversas secretarias, especialmente Saúde, Finanças e Infraestrutura e Recursos Hídricos.

No âmbito da Secretaria de Saúde, a limitação de veículos próprios tem gerado dificuldades nos deslocamentos necessários para visitas técnicas, transporte de profissionais, insumos e amostras laboratoriais, ocasionando dependência de serviços terceirizados, aumento de custos e riscos à continuidade e qualidade da assistência à população.

Já na Secretaria de Finanças, a ausência de meios de transporte adequados prejudica as atividades de fiscalização tributária, reduzindo a eficiência das ações, limitando a atuação dos fiscais e impactando negativamente a arrecadação municipal.

No caso da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, especialmente no apoio à Guarda Municipal, a deficiência de veículo compromete a realização de rondas, o atendimento de ocorrências e a proteção do patrimônio público, afetando diretamente a segurança e a presença institucional no território.

Dessa forma, o problema central identificado consiste na insuficiência da frota municipal, gerando ineficiência operacional, aumento de custos indiretos e limitações na prestação dos serviços públicos.

A contratação visa suprir essa lacuna por meio da aquisição de veículos novos, zero quilômetro, proporcionando maior eficiência administrativa, redução de custos com locação e manutenção, melhoria das condições de trabalho dos servidores e ampliação da capacidade de atendimento das demandas públicas.

Assim, a solução pretendida busca garantir maior efetividade, economicidade e continuidade dos serviços públicos, em conformidade com os princípios da Administração Pública e com a Lei nº 14.133/2021

### 3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD	Identificação do Órgão Emissor do DFD
-----------	---------------------------------------

2025.12.12.004	05 - Secretaria Municipal de Saúde
----------------	------------------------------------

**Responsável:** João Paulo Araújo Lima

**Matrícula/Portaria:** 6068

2025.12.16.004	12 - Secretaria Municipal das Finanças
----------------	--

**Responsável:** Mysma Elaine Ribeiro Correia

**Matrícula/Portaria:** 276

2026.01.09.007	17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
----------------	---

**Responsável:** Stenio Rafael Gomes Damasceno

**Matrícula/Portaria:** 0535334

### 4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

**Nº. no PCA:**

**Grau de Prioridade:**

**Data desejada da Contratação:**

JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) nº 512/2025, 715/2025, 716/2025 e 238/2025, foram preparados em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas

### 5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

A contratação deverá observar requisitos técnicos e administrativos mínimos indispensáveis para garantir o atendimento adequado das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Finanças e Infraestrutura e Recursos Hídricos do Município de São Benedito/CE, assegurando a eficiência, a durabilidade dos bens e a adequada aplicação dos recursos públicos.

ETP nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 7



## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

Os veículos a serem adquiridos deverão ser novos, zero quilômetro, com primeiro emplacamento em nome do Município de São Benedito/CE, devidamente licenciados, acompanhados de todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), manual do proprietário, chave reserva e garantia mínima de fábrica, observando integralmente as normas do Conselho Nacional de Trânsito e demais legislações aplicáveis.

Deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas constantes dos Documentos de Formalização da Demanda, contemplando veículos do tipo passeio (hatch), motocicleta e caminhonete adaptada para uso institucional, incluindo, quando aplicável, adaptações específicas (como sinalização acústica e visual para uso da Guarda Municipal), equipamentos de segurança, conforto e desempenho compatíveis com as atividades a serem desempenhadas. Os veículos deverão possuir motorização adequada, eficiência energética, capacidade de carga e desempenho compatíveis com deslocamentos urbanos e rurais, garantindo confiabilidade operacional.

Quanto aos padrões mínimos de qualidade, exige-se que os veículos sejam de fabricação nacional ou devidamente homologados para uso no território nacional, atendam às normas técnicas vigentes, possuam itens mínimos de segurança (como airbags, freios ABS, cintos de segurança, entre outros), bem como apresentem desempenho compatível com as exigências operacionais de cada secretaria. Deverão ainda apresentar baixo índice de manutenção corretiva, disponibilidade de assistência técnica autorizada e facilidade de reposição de peças no mercado nacional.

Registra-se que, embora exista o Catálogo de Materiais do Governo Federal (CATMAT), a Administração opta por utilizar especificações técnicas próprias, devidamente fundamentadas nos DFDs, tendo em vista a necessidade de adequação às condições específicas de uso, às características geográficas do município e às demandas operacionais de cada secretaria, o que justifica a não utilização exclusiva do catálogo eletrônico de padronização.

Por se tratar de aquisição de bens permanentes, não se aplica a classificação quanto à natureza continuada ou não do serviço, uma vez que não se trata de prestação de serviços, mas de fornecimento imediato com entrega única.

No que se refere aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratação deverá observar, sempre que possível, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, incluindo: preferência por veículos com maior eficiência energética e menor emissão de poluentes; conformidade com os padrões de controle de emissão veicular vigentes; utilização de tecnologias que reduzam o consumo de combustível; e exigência de que os fornecedores adotem práticas ambientalmente adequadas na fabricação, transporte e entrega dos veículos. Além disso, deverá ser observada a correta destinação de resíduos eventualmente gerados, bem como a conformidade com a legislação ambiental aplicável.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos visam garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a qualidade dos bens, a competitividade do certame e o atendimento pleno das necessidades da Administração Pública Municipal

### 6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

O levantamento de mercado realizado identificou que o setor de fornecimento de veículos automotores apresenta ampla oferta de fabricantes e concessionárias aptas a atender às demandas do Município de São Benedito/CE, contemplando veículos do tipo passeio (hatch), motocicletas e caminhonetes adaptadas para uso institucional, conforme as necessidades das secretarias demandantes.

Foram analisadas como alternativas a aquisição de veículos novos, a locação e a manutenção do cenário atual. A permanência da situação atual foi descartada por manter problemas operacionais já identificados, como limitações logísticas, aumento de custos indiretos e prejuízos à eficiência dos serviços públicos. A locação, embora possível, mostrou-se menos vantajosa, por implicar custos continuados, dependência de terceiros e menor controle da Administração sobre a frota.

Diante disso, a aquisição de veículos novos, zero quilômetro, apresenta-se como a solução mais adequada, garantindo maior confiabilidade, menor custo de manutenção, disponibilidade contínua e melhor custo-benefício a médio e longo prazo. A alternativa de veículos usados também foi afastada, em razão da menor vida útil e maior risco de falhas.

Verificou-se ainda que o mercado disponibiliza veículos com tecnologias atuais de segurança, eficiência energética e possibilidade de adaptação para uso institucional, atendendo plenamente às necessidades da Administração.

Assim, conclui-se que a aquisição de veículos novos é a solução que melhor atende ao interesse público, assegurando economicidade, eficiência e adequada prestação dos serviços municipais

### 7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução consiste na Aquisição de veículos novos, zero quilômetro para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito-CE, contemplando veículos de passeio (hatch), motocicleta e caminhonete com adaptações específicas para uso institucional, especialmente para a Guarda Municipal.

A contratação abrangerá o fornecimento completo dos veículos, com primeiro emplacamento em nome do Município, devidamente licenciados, acompanhados de todos os acessórios obrigatórios, manuais, chave reserva e garantia de fábrica, prontos para uso imediato. No caso da caminhonete, deverão estar incluídas as adaptações operacionais necessárias, como sinalização acústica e visual.

A solução foi definida com base em critérios técnicos e econômicos, sendo a aquisição mais vantajosa que alternativas como locação ou veículos usados, por proporcionar maior durabilidade, menor custo de manutenção e disponibilidade contínua dos bens.

Recomenda-se a organização do objeto em itens por tipo de veículo, garantindo competitividade e eficiência na contratação. Quanto à qualificação técnica, esta deverá ser objetiva e compatível com o fornecimento de veículos automotores, evitando exigências restritivas.





Prefeitura Municipal de São Benedito  
Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE  
CNPJ: 07.778 129/0001-74 E-mail: cplsaobenedito@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

Trata-se de fornecimento com entrega imediata, suficiente para atender às necessidades operacionais das secretarias, promovendo maior eficiência administrativa, redução de custos e melhoria na prestação dos serviços públicos.

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa de quantitativos foi definida com base nas demandas apresentadas pelas Secretarias de Saúde, de Finanças e de Infraestrutura e Recursos Hídricos, conforme os respectivos DFDs, considerando a necessidade operacional, a frequência de utilização dos veículos e a abrangência das atividades desenvolvidas.

A Secretaria de Saúde demandou 05 veículos para apoio às atividades assistenciais e logísticas. A Secretaria de Finanças indicou a necessidade de 01 veículo e 01 motocicleta para atender às ações de fiscalização tributária. Já a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos solicitou 01 caminhonete adaptada para uso da Guarda Municipal.

Dessa forma, a estimativa total contempla 07 veículos automotores e 01 motocicleta, sendo compatível com as necessidades reais da Administração.

Ressalta-se que os quantitativos foram definidos com base em critérios de economicidade e eficiência, evitando tanto o subdimensionamento quanto o excesso, assegurando adequada prestação dos serviços públicos

8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
00001	5,00	Unidade
Descrição Detalhada: 461743 - Veículo Hatch zero km, ano e modelo de fabricação: 2026; 5 (cinco) lugares; cor – branca, Motor MPI 84 cv (E) / 77 cv (G) Manual de 5 velocidades 4 portas; Aceleração: Aceleração de 0 a 100 km/h 13,4 s (E) / 13,8 s (G); Cilindrada: 999 cm³; Potência líquida máxima: 84 cv (E) / 77 cv (G) - 6; 450 rpm; Torque líquido máximo: 10,3 (E) - 3000 rpm (E) / 9,6 kgfm (G) - 4000 rpm (G); Comprimento: 4; 079 mm; Distância entre eixos: 2; 566 mm; Largura: 1; 751 mm; Altura: 1; 471 mm; Carga útil máxima: 398 kg; Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2026; Seus Itens de Série: Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2), Alto-Falantes (4), "ESS" - Alerta de frenagem de emergência, Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros, Antena de teto, Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen, Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura, Banco traseiro com encosto rebatível, Chave "canivete" com controle remoto, Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador, Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade, Computador de bordo, Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS), Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro, Direção elétrica, Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas, Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether, Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem, "HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas, Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo, Para-sóis (espelho no lado do passageiro), Rodas de aço aro 15" com pneus 185/65 R15 e supercalotas, Sistemas de controle da perda de pressão dos pneus, Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake", Sistema de infotainment Media Plus II, Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível, Tomada USB tipo C, Vidros elétricos dianteiros, Volante multifuncional; (Especificação Própria).		
00002	1,00	Unidade
Descrição Detalhada: 318890 - Motocicleta – Zero km, ano modelo e fabricação não inferior a 2026; Tipo de combustível: Gasolina/Etanol; Torque (Etanol): 1,3 kgf; m (6; 000 rpm); Torque (Gasolina): 1,3 kgf; m (6; 000 rpm); Taxa de compressão: 9,6: 1; Tipo: SOHC, 2 válvulas, 4 tempos, Refrigeração a ar; Cilindros: 1; Diâmetro X curso: 57,3 mm x 57,9 mm; Potência (Etanol): 12,0 cv (7; 250 rpm); Potência (Gasolina): 11,8 cv (7; 250 rpm); Cilindrada: 149 cc; Alimentação: Injeção eletrônica; Suspensão dianteira: Garfo telescópico; Suspensão traseira: Balança traseira; Curso da suspensão dianteira: 120 mm (suspensão) / 120 mm (roda); Curso da suspensão traseira: 92 mm (suspensão) / 111 mm (roda); Embreagem: Multi-Disco úmida; Sistema de transmissão: Sincronizada, 5 velocidades; Transmissão final: Corrente; Freio dianteiro: Disco hidráulico; Freio traseiro: Tambor mecânico; Ø do freio dianteiro: 245 mm (Ø externo); Ø do freio traseiro: 130 mm; Sistema de freios: UBS; Altura mínima do solo: 170 mm; Capacidade do tanque (reserva): 15,4L (2,2L); Comprimento x Largura x Altura: 2015 mm X 750 mm X 1095 mm; Distância entre eixos: 1325 mm; Peso Líquido: 133 kg; Pneu dianteiro: Michelin Pilot Street 2 - 80/100-18M/C 47S TL; Pneu traseiro: Michelin Pilot Street 2 - 100/80-18 M/C 59S; Tipo de chassi: Diamante; Altura do assento: 785 mm O veículo deverá ter o primeiro emplacamento em nome do município contratante; (Especificação Própria).		
00003	1,00	Unidade
Descrição Detalhada: 461743 - Veículo Automotor (Carro) Veículo automotor – Zero km, ano/modelo e fabricação não inferior a 2026;		

ETP nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 3 de 7



## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

Tipo: Hatch compacto; Categoria: Passeio; Capacidade de passageiros: 05 lugares; Número de portas: 04 portas; Motorização e desempenho; Tipo de combustível: Flex (Gasolina/Etanol); Motor: 1; 0; Número de cilindros: mínimo de 03; Válvulas: mínimo de 08 válvulas; Potência mínima: 70 cv (Etanol); Torque mínimo: 9,5 kgf. m; Cilindrada: aproximadamente 1; 0 litro; Alimentação: Injeção eletrônica; Sistema de refrigeração: Água Transmissão; Câmbio: Manual; Número de marchas: mínimo de 05 velocidades; Tração: Dianteira Suspensão; Suspensão dianteira: Independente, tipo McPherson ou equivalente; Suspensão traseira: Eixo de torção ou equivalente Freios; Freio dianteiro: Disco ventilado; Freio traseiro: Tambor; Sistema de freios: ABS com EBD ou sistema equivalente Direção e segurança; Direção: Elétrica ou hidráulica; Airbags: mínimo de 02 (frontais) Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes Encostos de cabeça para todos os assentos Dimensões e capacidades (aproximadas); Comprimento mínimo: 3; 500 mm; Distância entre eixos mínima: 2; 300 mm; Altura mínima do solo: mínimo de 180 mm; Capacidade mínima do porta-malas: 200 litros; Capacidade do tanque de combustível: mínimo de 40 litros Rodas e pneus; Rodas: Aço ou liga leve; Pneus: mínimo 175/65 R14 Equipamentos mínimos obrigatórios Ar-condicionado Vidros dianteiros elétricos Travas elétricas Computador de bordo Sistema de som ou preparação para rádio Limpador e desembaçador traseiro O veículo deverá possuir primeiro emplacamento em nome do Município de São Benedito/CE, ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual do proprietário, chave reserva e garantia de fábrica, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e demais legislações vigentes; (Especificação Própria).

00004

1,00

Unidade

Descrição Detalhada: 326747 - Caminhonete aberta para policiamento ostensivo motorizado - Veículo de fabricação nacional, 0 (Zero)Km,ano/modelo correspondente,no mínimo, à data de emissão da nota fiscal, Motorização Mínima: 2; 2, à Diesel potência mínima de 190 cv (cavalo- vapor); Altura mínima: de 1; 820mm Comprimento mínimo: de 5; 200mm; Largura mínima: 1; 800mm, distância mínima entre eixos: 3; 000mm;Rodas/pneus: original do fabricante; Câmbio:manual ou automática com mínimo 05 (cinco) marcha a frente e uma à ré;Capacidade para transporte de cinco (05) Pessoas;Tanque de combustível com capacidade mínima para 75 (setenta e cinco) litros; Freios ABS (função EBD); Air bag duplo (motorista/passageiro); Direção hidráulica ou eletro- assistida; Ar condicionado Integrado (quente frio) original de fábrica; Bancos equipados com: cintos de segurançaconforme determinação do CONTRAN, encosto de cabeça, revestimentoem material resistente,não absorvente, com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto), cor: de 111 acordo com o acabamento interno do veículo; Vidros laterais e traseiros com película de proteção solar, conforme limite máximo estabelecido pelo CTB; Piso revestido em material resistente, não absorvente e lavável, na cor preta com reforços antiderrapantes na região de apoio dos pés e equipado com jogo de tapetes de borracha, tipo bandeja; Grade protetora do motor/Carter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor ; Travas elétricas de fechamento e abertura das 04 (quatro) portas, com telecomando acionamento na chave, de modo que as maçanetas deverão permitir abertura imediata por dentro, a qualquer tempo, ainda que estejam travadas, independente de acionamento de qualquer botão; Muitas vezes a abertura interna das portas em alguns veículos é feita por meio do acionamento de um botão no console central; No caso de viaturas policiais, este mecanismo é inviável, em razão de que retarda o tempo de desembarque; Dispositivo interno para abertura da tampa do combustível; Desembaçador dos vidros; Conjunto de equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito: pneu estepe, macaco, chave de roda, triângulo desinalização, e extintor de incêndio; Farol de busca com lâmpadas alógenas de 55 watts e cabo com plug para conexão no acendedor de cigarros, alimentação em 12 volts; Barra entre as colunas "B" com suporte para armas longas; Cor do veículo:sólida (a definir); Características do compartimento de carga (Caçamba): Capacidade mínima de 1; 000 litros; Adaptações para uso de polícia: SINALIZADORES ACÚSTICONISUAL; Composto por um único módulo de policarbonato translúcido de alta resistência mecânica, térmica e a raios ultravioletas, largura mínima: 250 mm, altura mínima do módulo de policarbonato: 80 mm,Altura mínima incluindo o perfil de alumínio e o módulo de policarbonato: 168 mm, admitindo-se uma variação de +- 5%, montado sobre uma base única em ABS reforçado com um perfil de alumínio estruturado com formato Linear ou similar; As luzes deverão ser emitidas por leds de alto brilho, com potência não inferior a um watt cada led montados em blocos ópticosde policarbonato, com led's dispostos linearmente na barra, em blocos compostos por 6 led's cada, distribuídos em fila dupla pelas faces laterais, frontal e traseira com visibilidade de 360°, gerando no mínimo cinco funções de efeitos luminosos,comandadas por controle remoto digital e através de circuitos eletrônicos de chips micro controladores com comunicação assíncrona de 4 MHz; Todo o conjunto montado sobre garras ajustáveis que permitam a fixação no teto do veículo, sendo sua cúpula incolor, com led's nas rubi, sirene eletrônica composta de amplificador digital para controle único de sirene e leds, com unidade sonofletora de 100 watts de potência, mínimo de quatro tipos de sons diferenciados, sistema de megafone independente,entrada auxiliar de áudio para transceptores VHF/UHF; A unidade sonofletora de 100 watts deverá estar acoplada a uma corneta aerodinâmica, fixada sob a barra de luzes; Os drivers utilizados deverão ser específicos para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers usados para aplicações musicais; Devera ainda possuir no seu próprio corpo pontos específicos na corneta, não se admitindo a utilização de rosca principal da salda do áudio para tal fim (medidas variáveis emfunção da marca e modelo dos equipamentos da empresa adaptadora); Todo conjunto deverá se apresentado, quando da entrega dos veículos, com laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador acústico/visual a ser fornecido atende as normas técnicas em vigor, no que se refere a ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e fotometria classe 1 nos módulos centrais frontais Intensidade luminosa de no mínimo 200 Lumens, Categoria:InGaN, Sinalizador visual comandado por módulo de controle único, Módulo de controle do sinalizador visual e acústico deve permitir o funcionamento independente de ambos os sistemas, Sirene

ETP nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 7





São Benedito

Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsabenedito@gmail.com

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

eletrônica composta de amplificador de 1 00W @ 11 O (Ohms), Sirene de Baixa Frequência instalada na partefrontal do veículo composto por 02 (dois) módulos; GRAFISMO SOBRE A PINTURA ESPECIAL:: deverão ser afixados os adesivos identificadores, conforme padrão da GCMA, observando que as letras, números e os símbolos serão confeccionados em vinil refletivo e as logomarcas em vinil não refletivo, Película PVC fundida tipo CAST, polimérica, com adesivo em uma das faces, Espessura: mínima de 0,08mm, Logomarca (brasão) da Guarda Civil Municipal de São Benedito - CE, O nome "Guarda Civil Municipal", com logo marca; (ESPECIFICAÇÃO PRÓPRIA).

### 9 - Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)

O setor competente da Secretaria de Administração realizará pesquisas de preços conforme orientações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 54/2023 para a estimativa do valor da contratação.

O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

\* Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

\* Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

\* Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

\* Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

\* Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma "publicidade diferida", estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023

### 10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)

A solução foi estruturada com parcelamento em itens, organizados conforme o tipo de veículo a ser adquirido (veículos de passeio, motocicleta e caminhonete adaptada), em razão das diferenças técnicas, operacionais e de mercado existentes entre eles. Cada categoria possui especificações próprias, finalidades distintas e fornecedores com atuação segmentada, o que justifica a divisão do objeto.

O parcelamento mostra-se adequado para ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de licitantes, inclusive empresas especializadas em determinados tipos de veículos, evitando restrições indevidas à disputa e promovendo maior isonomia entre os concorrentes.

Sob o aspecto econômico, a divisão não compromete a economia de escala, uma vez que os itens não possuem interdependência técnica entre si, nem exigem fornecimento conjunto para funcionamento adequado. Ao contrário, a segmentação pode favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas, considerando a especialização dos fornecedores e a dinâmica própria de cada segmento do mercado automotivo.

Além disso, o parcelamento contribui para uma gestão contratual mais eficiente, possibilitando o acompanhamento individualizado da execução, a verificação específica de conformidade de cada item e maior controle por parte da Administração quanto à entrega, qualidade e atendimento das especificações.

Destaca-se, ainda, que a adoção de itens por categoria de veículos está alinhada às boas práticas de contratação pública, especialmente quando se trata de objetos com naturezas distintas, como no presente caso, garantindo maior aderência entre a solução contratada e as necessidades específicas de cada secretaria demandante.

Dessa forma, o parcelamento da solução em itens revela-se técnica e economicamente justificável, atendendo aos princípios da competitividade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo à padronização e à adequada execução do objeto

### 11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)

A presente contratação possui relação com outras contratações acessórias e complementares necessárias à adequada gestão da frota municipal, tais como futuras contratações de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, fornecimento de combustíveis, aquisição de peças e acessórios, bem como contratação de seguros veiculares, as quais são indispensáveis para garantir a continuidade, segurança e durabilidade dos bens a serem adquiridos.

ETP nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 5 de 7



## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

Ressalta-se que tais contratações possuem natureza distinta e não se confundem com o objeto ora pretendido, tratando-se de demandas autônomas que poderão ser realizadas por meio de processos específicos, conforme planejamento da Administração, não havendo, portanto, interdependência direta que impeça ou condicione a presente contratação.

Adicionalmente, a aquisição de veículos guarda alinhamento com o planejamento institucional previamente estabelecido no Plano de Contratações Anual (PCA), no qual constam demandas semelhantes das secretarias envolvidas, evidenciando coerência administrativa e evitando sobreposição de contratações.

Não se identificam, no momento, contratações pretéritas vigentes que possam suprir integralmente a necessidade ora apresentada, tendo em vista a insuficiência da frota atual, o que reforça a necessidade da presente aquisição.

Dessa forma, as contratações correlatas identificadas são de caráter complementar e visam assegurar o pleno funcionamento da solução adotada, não comprometendo a execução do objeto principal, mas sim contribuindo para sua efetividade e adequada gestão ao longo do tempo

### 12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

A presente contratação tem como principal resultado pretendido a melhoria significativa da capacidade operacional das secretarias demandantes, por meio da disponibilização de veículos adequados, novos e confiáveis, que assegurem maior eficiência na execução das atividades institucionais e no atendimento das demandas públicas.

Do ponto de vista da eficiência administrativa, espera-se a redução de atrasos, a ampliação da cobertura das ações desenvolvidas e maior agilidade nos deslocamentos das equipes, especialmente nas áreas de saúde, fiscalização tributária e segurança pública, proporcionando melhor desempenho das funções essenciais do Município.

Sob o aspecto da economicidade, a aquisição de veículos próprios visa reduzir custos indiretos atualmente existentes, como despesas com locação, diárias, reembolsos e manutenção corretiva frequente, promovendo melhor gestão dos recursos públicos e maior previsibilidade orçamentária a médio e longo prazo.

No que se refere à eficácia, a contratação permitirá o fortalecimento das políticas públicas municipais, garantindo maior alcance e qualidade dos serviços prestados à população, como visitas domiciliares na área da saúde, intensificação das ações de fiscalização e maior presença da Guarda Municipal nas atividades de segurança preventiva.

Além disso, a solução contribuirá para o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores, maior segurança nos deslocamentos e melhor organização logística das atividades administrativas e operacionais.

Por fim, como impacto positivo indireto, espera-se a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade, com maior regularidade, rapidez e confiabilidade, bem como a adoção de veículos mais modernos e eficientes, que contribuem para redução de consumo de combustível e menores impactos ambientais, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da boa governança pública

### 13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, serão adotadas providências administrativas e legais que assegurem a regularidade, a transparência e a economicidade do processo de contratação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes. Inicialmente, as áreas demandantes, por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), apresentam a justificativa da necessidade da contratação, acompanhada da descrição da solução, dos requisitos, do levantamento de mercado, da indicação dos resultados pretendidos e das contratações correlatas ou interdependentes, elementos que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência, documento essencial para a modelagem da licitação.

Em seguida, será providenciada a abertura formal do processo administrativo de contratação, com a instrução de todas as peças obrigatórias, incluindo a aprovação do ETP pela autoridade competente, a juntada da pesquisa de preços e a análise jurídica, a fim de garantir que o certame seja conduzido de forma legal e eficiente. A modalidade a ser utilizada será o pregão eletrônico, considerando a natureza técnica do objeto e a vantajosidade do modelo competitivo.

O pregoeiro oficial do município ficará responsável por conduzir o processo licitatório, com apoio da equipe de planejamento da contratação e dos setores técnico e jurídico, assegurando a observância dos princípios da impessoalidade, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Concluído o certame e firmados os contratos, caberá às secretarias contratantes emitir as ordens de serviço e acompanhar a execução contratual por meio do fiscal e gestor designados, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o atingimento dos resultados esperados e a avaliação contínua do desempenho da contratada.

Por fim, ao término do contrato, será realizada avaliação final da execução, com base nos resultados obtidos, nos indicadores de desempenho e na efetividade das ações desenvolvidas, a fim de subsidiar futuras contratações e garantir a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. Essas providências, articuladas e documentadas, asseguram que a contratação ocorra dentro dos parâmetros legais, com foco em eficiência, qualidade e interesse público

### 14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)



São Benedito

Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74

E-mail: cplsabenedito@gmail.com

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.21.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.21.01 - Compras

A presente contratação, por se tratar da aquisição de veículos automotores, possui potenciais impactos ambientais relacionados, principalmente, à emissão de gases poluentes, consumo de combustíveis fósseis, geração de resíduos ao longo do ciclo de vida dos veículos e eventual descarte de componentes, como pneus, baterias e óleos lubrificantes.

No que se refere às emissões atmosféricas, destaca-se que a utilização de veículos contribui para a liberação de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros poluentes. Como medida mitigadora, serão exigidos veículos que atendam às normas ambientais vigentes, com tecnologias atualizadas de controle de emissões e maior eficiência energética, priorizando modelos com menor consumo de combustível e menor impacto ambiental.

Quanto ao consumo de recursos naturais, especialmente combustíveis, a contratação buscará veículos com melhor desempenho energético, contribuindo para a redução do consumo e, conseqüentemente, dos impactos ambientais associados. Além disso, a adequada manutenção preventiva da frota contribuirá para o uso mais eficiente dos veículos e menor degradação ambiental.

Em relação à geração de resíduos, como pneus, baterias e óleos, a Administração deverá assegurar que sua destinação ocorra de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, podendo exigir dos fornecedores e das futuras contratações correlatas o cumprimento de práticas de logística reversa e descarte responsável.

Adicionalmente, será incentivada a adoção de boas práticas sustentáveis, tanto na fabricação quanto na entrega dos veículos, observando-se, sempre que possível, diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com vistas à redução de impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos bens adquiridos.

Dessa forma, embora existam impactos ambientais inerentes ao objeto, as medidas propostas permitem sua mitigação, assegurando que a contratação ocorra em consonância com os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão pública

### 15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante tem viabilidade técnica e econômica

### 16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025

Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025





Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsaobenedito@gmail.com

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

### 1 - Informações Básicas

**Local:** São Benedito

**Data:** 21 de janeiro de 2026.

**COD. UASG:** 981547

**Fundamentação Legal:**

Lei 14.133/2021 e Decreto 054/2023

### 2 - Objeto do Mapa de Riscos

Aquisição de veículos novos, zero quilômetro para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito-CE

### 3 - Riscos Identificados

#### R-01 - Descrição do Risco:

##### 01 - LICITAÇÃO DESERTA

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

#### I.1 - Impactos

LICITAÇÃO FRACASSADA TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - I As causas para o risco de licitação deserta decorrem, principalmente, da subestimação do valor estimado para a contratação, levando à definição de um preço de referência abaixo do mercado, o que desestimula a participação de licitantes. Exigências excessivas de qualificação técnico-financeira, que restringem a participação de empresas aptas, e a imposição de marcas ou modelos específicos, sem justificativa técnica, também são fatores que limitam a competitividade. Além disso, a falta de adaptação ao mercado local e às características do mercado fornecedor pode afastar os interessados. A escolha inadequada do método para estimativa de preços e prazos curtos para a preparação das propostas também contribuem para a licitação deserta. Por fim, exigências onerosas ou inviáveis economicamente, como garantias financeiras excessivas, tornam a participação das empresas inviável, resultando na necessidade de republicar o edital e abrir um novo prazo para o certame

#### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

##### Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Autoridade Competente Durante a fase de pesquisa de preços realizar crítica com fim de evitar o sobrepreço ou

ETP nº. 2026.01.21.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 7

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

AP-02	Autoridade Competente	inexequibilidade das propostas, escolhendo o melhor método para estimativa do valor da licitação, que retrate à realidade do preço de mercado Ao invés de exigir marca, sugerir marca e similar para não restringir a competitividade do certame. As exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica deverão ser as mínimas necessárias para a adequada seleção e garantia da eficiência e segurança da contratação.
AC-01	Autoridade Competente	Republicação do Edital observando requisitos que provocaram a desistência de possíveis interessados.

### R-02 - Descrição do Risco:

02 - LICITANTE VENCEDOR SE RECUSAR EM ASSINAR O CONTRATO

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
3	X	5	Extremo	Seleção do Fornecedor
				Contratada

#### I.1 - Impactos

NÃO CONCLUIR A LICITAÇÃO TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - I	As causas do risco de o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato estão, em geral, associadas a falhas na fase de planejamento e na condução do certame, tais como a definição inadequada do valor estimado da contratação, que pode levar à apresentação de propostas inexequíveis ou com margens insuficientes para a execução contratual. Contribuem ainda para a materialização do risco a ausência de clareza quanto às obrigações contratuais, prazos, penalidades e condições de execução previstas no edital e na minuta do contrato, bem como alterações relevantes entre as condições editalícias e as exigências apresentadas no momento da contratação. Soma-se a isso a ocorrência de lances excessivamente baixos, sem a devida análise de exequibilidade, a dificuldade do licitante em comprovar as condições de habilitação exigidas após a adjudicação, e a existência de sanções administrativas pendentes ou restrições cadastrais que inviabilizem a formalização do ajuste. Tais fatores podem levar o adjudicatário a desistir da contratação, ocasionando a não conclusão da licitação e a necessidade de adjudicação ao remanescente ou de republicação do edital com abertura de novo prazo para realização do pregão
----------	--

#### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado
AC-01	Autoridade Competente	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.

### R-03 - Descrição do Risco:

03 - INCAPACIDADE DA EMPRESA VENCEDORA EM EXECUTAR O OBJETO



## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

#### I.1 - Impactos

ATRASO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - E	As causas do risco de incapacidade da empresa vencedora em executar o objeto contratado estão, em geral, relacionadas à insuficiente capacidade técnica, operacional ou financeira da contratada, evidenciada pela ausência de experiência comprovada em serviços ou fornecimentos similares ao objeto licitado. Contribuem para a ocorrência do risco a definição inadequada dos requisitos de habilitação, que pode permitir a participação de empresas sem estrutura compatível com a complexidade e a relevância da contratação, bem como falhas na análise da exequibilidade da proposta apresentada. Soma-se a isso a fragilidade no planejamento da contratação, com especificações incompletas ou pouco claras do objeto, a inexistência ou inadequação de garantias contratuais suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, além de deficiências na gestão e fiscalização do contrato. Tais fatores podem resultar em atrasos, execução insatisfatória ou até mesmo no não fornecimento do objeto, exigindo a aplicação de sanções, a eventual rescisão contratual e a adoção de medidas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público
----------	--

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Estabelecer sanções, multas e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância do objeto a ser contratado
AP-02	Autoridade Competente	Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação
AP-03	Autoridade Competente	Exigir documentação comprovatória que a licitante já forneceu produtos similares ou prestou serviços semelhantes
AC-01	Fiscal de Contrato	Acompanhar com rigor, seguindo as descrições do objeto, os níveis esperados de qualidade de execução do contrato e respectivas adequações de pagamento
AC-02	Gestor do Contrato	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso rescindir o contrato

#### R-04 - Descrição do Risco:

04 - FALÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA

### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

#### I.1 - Impactos

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

### ATRASO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - E As causas do risco de falência da empresa vencedora durante a execução contratual estão, em geral, relacionadas à fragilidade de sua situação econômico-financeira, decorrente de endividamento excessivo, fluxo de caixa insuficiente ou dependência de poucos contratos para manutenção de suas atividades. Contribuem para a materialização do risco a análise inadequada dos requisitos de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação, a ausência ou insuficiência de garantias contratuais capazes de mitigar eventuais prejuízos à Administração, bem como a apresentação de propostas com preços inexequíveis que comprometem a sustentabilidade financeira da execução do contrato. Soma-se a isso a instabilidade do mercado em que a empresa atua, variações significativas de custos operacionais e a falta de planejamento financeiro da contratada. Esses fatores podem culminar na insolvência da empresa, resultando em atraso ou não fornecimento do objeto contratado, com necessidade de adoção de medidas administrativas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público

#### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

##### Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Exigir requisitos de habilitação relativos à qualificação econômica ? financeira
AC-01	Autoridade Competente	Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação

#### R-05 - Descrição do Risco:

##### 05 - QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NO PREGÃO

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
3	X	3	Planejamento	Administração

#### I.1 - Impactos

LEGITIMIDADE DO PREGÃO COLOCADA EM QUESTÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - I As possíveis causas do risco de questionamentos excessivos no pregão decorrem, em regra, de fragilidades na fase de planejamento da contratação, notadamente de descrições imprecisas ou insuficientes do objeto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como da existência de especificações técnicas excessivamente restritivas, direcionadas ou desacompanhadas de justificativa técnica e legal adequada. Contribuem ainda para a materialização do risco inconsistências ou ambiguidades entre o edital e seus anexos, falhas na definição ou compreensão do critério de julgamento, exigências de habilitação desproporcionais ou mal fundamentadas, além da inobservância de dispositivos da legislação vigente e de entendimentos consolidados dos órgãos de



## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

controle. Soma-se a isso a fixação de prazos inadequados para apresentação de propostas e a deficiência na transparência e na publicidade das informações do certame, fatores que, em conjunto, ampliam a insegurança jurídica do procedimento e estimulam a apresentação reiterada de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos, colocando em risco a legitimidade do pregão

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Definir as regras gerais da contratação de forma clara e objetiva no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.
AC-01	Autoridade Competente	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.

### R-06 - Descrição do Risco:

06 - FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS INCOMPLETOS OU SEM QUALIDADE

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	4	Gestão de Contrato	Contratada

#### I.1 - Impactos

PREJUÍZO FINANCEIRO E RISCO À QUALIDADE DO PRODUTO E SERVIÇO APRESENTADO COMPROMETENDO O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

Nº. Causa	Descrição
C-01 - I	As causas do risco de fornecimento de produtos ou serviços incompletos ou sem a qualidade esperada decorrem, em geral, de falhas no planejamento da contratação e na definição das especificações técnicas, com requisitos pouco claros, incompletos ou insuficientemente detalhados no Termo de Referência e no edital. Contribuem ainda para a ocorrência do risco a seleção de fornecedor sem adequada capacidade técnica ou experiência comprovada, a análise insuficiente da exequibilidade da proposta apresentada, bem como a inexistência ou fragilidade de critérios objetivos de aceitação, medição e controle da qualidade. Soma-se a isso a deficiência na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual, a ausência de padrões mínimos de desempenho e qualidade claramente estabelecidos, além de práticas inadequadas da contratada voltadas à redução de custos em detrimento da qualidade. Esses fatores podem resultar em prejuízo financeiro à Administração e no comprometimento do objetivo da contratação, exigindo a devolução, correção ou refazimento do objeto, com aplicação das sanções cabíveis

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Fiscal de Contrato	Analisar criteriosamente cada produto entregue ou serviço executado
AC-01	Fiscal de Contrato	Devolver e exigir adequação do produto apresentado de forma inadequada ou sem a qualidade esperada ou exigir que os serviços defeituosos sejam refeitos a fim de atender o objeto contratual de maneira qualificada
AC-02	Autoridade Competente	Solicitar abertura de processo administrativo para apuração das penalidades e aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021, no edital e no contrato



São Benedito

Prefeitura Municipal de São Benedito  
**Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar**

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsaobenedito@gmail.com

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

---

### 4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

*Audisnei A. de M.*  
Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025

*Francisca Angelica Fonteles Araújo*  
Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025



São Benedito

Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsaobenedito@gmail.com

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.21.01 - Serviços

### 5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco

Extremo

Baixo

Probabilidade

		1	2	3	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto	5	5	10	15	20	25
	Muito Alto				Extremo	
	4	4	8	12	16	20
	Alto					
	3	3	6	9	12	15
	Médio			Médio		
	2	2	4	6	8	10
	Baixo					
	1		Baixo			
	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).





## MINUTA DO CONTRATO

### PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I

#### MINUTA DE CONTRATO

#### MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE

**Secretaria Municipal das Finanças, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Saúde**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, POR INTERMÉDIO DO(A) ..... E .....

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE por intermédio do(a) CT\_QUALIF\_CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) CT\_QUALIF\_CONTRATADA, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2026.01.21.01, Pregão Eletrônico nº 90010/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é **CT\_OBJETO**.

1.2. As especificações, unidades de medida, quantitativos, valores unitários e valores totais dos itens que compõem o objeto do presente Contrato encontram-se detalhadamente descritos no Anexo I, que integra este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1.2.1. O Anexo I constitui parte indissociável deste Contrato, prevalecendo suas disposições para a execução do objeto contratado, vedada qualquer alteração de especificações, quantidades ou valores sem a devida formalização por termo aditivo, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência / Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual sem autorização da contratante

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de CT\_VALOR\_TOTAL CT\_VALOR\_TOTAL\_EX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da orçamentação, em **30/01/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e conforme acordo entre as partes, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a



aplicação, pelo contratante, do **Índice para Contratos de Bens comuns: Índice(s): (INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tipo: Geral) - Principal: Sim | IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Tipo: Geral) - Principal: Não) - (Bens comuns) Justificativa: O INPC mede a variação de preços para famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, abrangendo os itens de consumo mais básicos e de ampla circulação no mercado. Em contratos de bens comuns, onde os insumos são predominantemente produtos de prateleira sem índice setorial mais aderente, o INPC reflete com maior fidelidade a oscilação de custos desses materiais do que índices voltados a setores específicos. Fundamento nos arts. 6º, LVIII, e 25, §7º, da Lei 14.133/2021, que exigem índice que retrate a variação efetiva do custo de produção do objeto contratado.**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de São Benedito/CE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados ou entregues;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de



Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.18. O prazo de entrega do objeto da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público. Ao Município reserva-se o direito de recusar o recebimento do objeto cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação pertinente e com o termo de referência, ou comprometam a qualidade dos itens requeridos. Os itens, que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. A CONTRATADA deverá entregar os veículos acompanhados dos respectivos certificados de garantia e manuais técnicos escritos em português, contendo as orientações necessárias para o funcionamento e manuseio, visando garantir a boa utilização geral do mesmo. A CONTRATADA deverá entregar o veículo com IPVA e demais tributos vinculados devidamente quitados, sem nenhum ônus a contratante. O veículo deve ser entregue emplacado, com a placa Oficial - padrão MERCOSUL, em nome do Município configurado como novo zero quilometro, de primeiro uso, devendo obrigatoriamente o primeiro emplacamento ocorrer em nome deste Órgão, não sendo admitido transferência, 2º emplacamento ou qualquer outra situação que descaracterize a condição de veículo novo de primeiro uso conforme determinação da Lei Federal n. 6729/1979 e/ou Deliberação do CONTRAN n. 64/2008; no mínimo 03 (três) centros de assistência técnica no Estado do Ceará, sendo 01(um) na Capital ou Região Metropolitana e as demais na zona norte do estado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela



autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.  
10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade municipal.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

a. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter





atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CT\_DOTACAO

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista nos [arts. 91 e 94 da Lei 14.133, de 2021](#).

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

ASS\_CONTATO.

CT\_ASSIN\_CONTRATANTE





---

CT\_ASSIN\_CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_